

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.757 - MS (2019/0255752-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
ADVOGADOS : RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER - DF019535
LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS - DF041952
AGRAVADO : VALDEMIR DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 379/STJ. JUROS MORATÓRIOS LIMITADOS A 1% AO MÊS. SÚMULA 83/STJ. MULTA CONTRATUAL. REDUÇÃO PROPORCIONAL. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça de de Mato Grosso do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 241):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – CAPITALIZAÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS – IMPOSSÍVEL – MULTA CONTRATUAL – RELAÇÃO CONSUMERISTA – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO – MULTA MORATÓRIA SOBRE O VALOR DA PRESTAÇÃO – JUROS MORATÓRIOS – SÚMULA 379 – LIMITE DE 1% AO MÊS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 276-281).

No recurso especial, o recorrente apontou violação dos arts. 489, § 1º, 492 e 1.022 do CPC/2015; 28, § 1º, III, da Lei n. 10.931/2004; 406, 407 e 591 do CC; 4º, IX, da Lei n. 4.595/1964; e 51, IV, e 52, II, do CDC.

Afirmou haver pontos omissos no acórdão, não sanados mesmo após o

Superior Tribunal de Justiça

Julgamento dos embargos de declaração. Frisou que o acórdão vulnerou a liberdade de contratar das partes e o regramento legal ao fixar o limite máximo dos juros de mora em 1% ao mês, porquanto a estipulação era de 5%. No ponto, salientou que não cabe falar em aplicação da Súmula 379/STJ. Arguiu não ser abusiva a cláusula prevendo os juros nesse patamar. Apontou ser legal a cobrança da multa contratual em Cédula de Crédito Bancário sob o valor total do débito, e não apenas das parcelas inadimplidas. Ponderou que houve julgamento *extra petita*, pois, sem pedido do reconvinte, foi vedada a capitalização dos juros de mora (e-STJ, fls. 302-385).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 334-343).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 347-355).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento estadual, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do novo CPC.

O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorreu nos autos.

Não cabe falar em julgamento *extra petita*, haja vista que o óbice à capitalização de juros sobre juros decorreu da interpretação da contestação/reconvenção, ofertada pelo ora recorrido.

Confira-se (e-STJ, fl. 244):

O magistrado singular vedou à capitalização mensal dos juros moratórios. A sentença não pode ser considerada *ultra petita* nesse ponto. É imperioso observar que o Apelado em sede de contestação/reconvenção arguiu a nulidade de toda a cláusula 2º do contrato principal (fl. 44/46). Nesse sentido, o julgador dentro de seus plenos poderes e competência, julgou que a r. cláusula deveria ser reformada somente no que toca à capitalização mensal dos juros moratórios. O d. Magistrado singular, então, não foi além do que foi pedido pelo Apelado em sua reconvenção.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, a vedação acerca da capitalização de juros sobre juros encontra suporte no entendimento deste Tribunal Superior, porquanto, "o retrospecto histórico do ordenamento jurídico pátrio acerca da regência legal da capitalização de juros denota que desde tempos remotos é proibido contar juros sobre juros, permitida a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano. Com a evolução, passou-se a admitir a cobrança de juros sobre juros em contratos outros, desde que houvesse lei especial regulatória, bem ainda, prévio ajuste do encargo" (AgRg no AREsp 429.029/PR, Rel. Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 9/3/2016, REPDJe 18/04/2016, DJe 14/04/2016).

Entretanto, tais juros estão limitados a 1% ao mês, conforme a Súmula 379/STJ. Logo, o aresto estadual encontra suporte na jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a Súmula 83/STJ.

À guisa de exemplo, veja-se julgado desta relatoria:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL INTERPRETADO. SÚMULA 284/STF. JUROS MORATÓRIOS. LIMITAÇÃO. SÚMULA 379/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ARTIGO SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Correção monetária. Inexistência de indicação de dispositivo cuja interpretação tenha sido divergente a fim de viabilizar o conhecimento da matéria, o que é imprescindível para correta configuração do dissídio jurisprudencial. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Limitação dos juros moratórios. Os juros poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês nos contratos bancários não regidos por legislação específica, como na presente hipótese. Súmula 379/STJ. Acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Súmula 83/STJ.

3. Constatada a falta de enfrentamento do dispositivo legal pelo Tribunal a quo, tem-se por ausente o necessário prequestionamento, de forma que incide, na espécie, a Súmula 211/STJ, pois mesmo tendo sido opostos embargos declaratórios, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deve a parte, no recurso especial, suscitar violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1395828/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 26/10/2015)

Superior Tribunal de Justiça

Não cabe falar em modificação na conclusão de origem que atenta ao fato de se tratar de contrato de adesão, ao verificar a incidência do Código de Defesa do Consumidor, reduziu a multa moratória em 2% sobre o valor de cada parcela inadimplida. Isso porque essa atuação foi feita com base um juízo de razoabilidade, atraindo o texto das Súmulas 5 e 7/STJ.

Com efeito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE NOME FANTASIA. DESCUMPRIMENTO PARCIAL. REDUÇÃO PROPORCIONAL DA MULTA CONTRATUAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem aplicou o artigo 413 do Código Civil determinando a redução proporcional da multa, incidente sobre o valor total do contrato, ao cumprimento parcial da obrigação, estipulando que a multa deve incidir apenas sobre os valores não pagos.

2. A pretensão de que o montante da penalidade continua excessivo encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ, pois é inviável nesta instância especial revisar o juízo de razoabilidade da instância ordinária que justificou a redução da multa contratual.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 904.769/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em R\$ 100,00 (cem reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator